

MOBILIDADE Notícia da edição impressa de 06/11/2014

Prefeitura sanciona lei que modifica o Plano Cicloviário

Parágrafo que previa 20% do valor das multas para ciclovias foi revogado

Jessica Gustafson

Mais de cinco anos após instituir o Plano Diretor Cicloviário da Capital, a prefeitura de Porto Alegre sancionou uma polêmica modificação no texto, a partir da Lei Complementar nº 744, de 28 de outubro de 2014. Na semana passada, foi revogado com a sanção da norma o parágrafo segundo do artigo 32 do plano, que previa anualmente, no mínimo, 20% do montante financeiro arrecadado com multas aplicados na construção de ciclovias e em programas educativos.

O descumprimento desta determinação desde que foi criado, em 2009, já gerou uma condenação na Justiça. A nova lei cria, assim, o Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Cicloviário, que receberá as contrapartidas dos empreendimentos para serem investidas nas ciclovias. A medida não agradou os cicloativistas.

De acordo com o vereador Marcelo Sgarbossa (PT), a prefeitura arrecada anualmente R\$ 30 milhões em multas. Assim, deveria aplicar pelo menos, R\$ 6 milhões nestas duas ações. "Isso não vinha sendo cumprido, sendo que a Justiça já mandou investir os valores relativos aos três primeiros anos do plano. O município alega que a construção das ciclovias não pode ser imediata, precisando de discussões com a comunidade. Nós concordamos em parte, mas também observamos que nem as campanhas educativas estão sendo feitas", criticou.

Para Sgarbossa, a sanção da lei complementar representa a perda de uma garantia, pois a nova previsão é de que o valor a ser aplicado nas ciclovias sairá do orçamento do município. "A nova medida prevê que seja investido o equivalente aos 20% das multas, mas isso é uma estratégia para não fazer. O orçamento é uma peça de ficção, pois se diz que vai gastar tanto e depois não se gasta ou realoca para outro fim", explica o vereador.

A Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta (Mobicidade) realizou um ato ontem, em frente à prefeitura, contra a modificação. Marcelo Kalil, coordenador de Comunicação do Mobicidade, afirma que a sanção faz com que se perca a confiança no governo, que prometeu o cumprimento do plano. "O Plano Cicloviário prevê 400km de ciclovias. Hoje, temos cerca de 21km prontos. Além disso, a prefeitura prometeu que iria interligar todas as ciclovias existentes até o final deste ano, com mais 50km implantados. Isso também não aconteceu. Tudo está sendo feito de forma muito lenta, o que desmotiva a população a usar as bicicletas", considera.

Segundo a associação, no dia 8 de outubro, através do Twitter, o secretário municipal de Governança Local, César Busatto, respondeu à Mobicidade alegando que a prefeitura estaria investindo mais do que prevê a lei do Plano Cicloviário. A Mobicidade questionou: "Se a prefeitura está disposta a cumprir o artigo 32, para que revogá-lo?". Eles ainda não obtiveram resposta.

A cada 100 vagas de estacionamento criadas na cidade, a legislação determina que o empreendedor construa 200 metros de ciclovia. Contudo, na hora de executar as obras, os custos chegavam a ser o dobro do valor que a prefeitura paga pelo mesmo serviço. A explicação é do diretor-presidente da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), Vanderlei Cappellari.

"Agora, os empreendedores poderão depositar os valores no fundo. Os investimentos serão maiores do que antes. Temos hoje R\$ 53 milhões pendentes em contrapartidas que poderão ser aplicadas para este fim", afirma. Ele destaca que uma das dificuldades hoje é discutir com a comunidade a implantação das ciclovias, pois, em muitos bairros, existem pessoas contra. "No bairro Santa Cecília, encontramos esse problema e estamos criando uma comissão de moradores para as negociações", completou.

